



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA,60 - Bairro ENSEADA DO SUÁ - CEP 29050906 - Vitória - ES - www.tjes.jus.br

ATA

ATA DE REUNIÃO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC	Nº: 01/2020
	Data: 05/06/2020

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
05/06/2020	14h	17h	Videoconferência

2. Participantes

Nome	Designação/Órgão
Fernando Estevam Bravin Ruy	Desembargador Presidente
Thiago Albani de Oliveira Galvêas	Juiz assessor especial da Presidência
Giselle Onigkeit	Juíza auxiliar da Corregedoria
Fábio Brasil Nery	Juiz auxiliar da Vice-Presidência
Marcelo Tavares de Albuquerque	Secretário-Geral
Carlos Vinicius de Arimatéa	Secretário de Tecnologia da Informação
Rita de Cássia Barcellos Almeida	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica

3. Pauta

Item	Descrição
01	Reunião ordinária para apresentação e análise do Cronograma de expansão do Pje.
02	Análise das contratações.
03	Análise das demandas.

4. Tarefas de reuniões anteriores (listagem atualizada até esta data)

Item	Discriminação	Responsável	Data Limite
01	-	-	-

5. Informações e deliberações em Reunião

Item	Descrição
01	O Presidente do Comitê, Des. Bravin abriu a reunião.
02	<p>A assessora Rita Almeida antes do desenvolvimento da pauta solicitou a palavra para se manifestar sobre um assunto específico que julgou ser necessário dar conhecimento a todos os presentes.</p> <p>Por oportuno, informou que de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e discutidas no Seminário realizado, no dia 10 de junho de 2020, por aquela entidade, será instituído o DATAJud, que representa uma grande base de dados nacional integrada. Explicou ainda que para tanto, os tribunais deverão proceder à revisão dos seus bancos de dados e em especial validá-los para efeito de nele constar a correta e adequada utilização das Tabelas Processuais Unificadas. Explicou que o CNJ vem sistematicamente encaminhando aos Tribunais as inconsistências encontradas nos sistemas para que sejam procedidas as correções e acertos necessários, objetivando, dentro do prazo fixado (até 31 de julho de 2020) a validação de todos os dados. Ainda de acordo com a assessora, o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo se encontra em uma posição muito vulnerável, haja vista o volume alto de inconsistências apontadas pelo CNJ em seus</p>

	<p>relatórios e a urgente necessidade dos acertos. Manifestou-se a assessora pela necessidade de todos os membros do Comitê conhecerem a realidade apresentada.</p> <p>Ainda informou que está sendo realizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação, sob a supervisão da Assessoria de Planejamento e Núcleo de Processamento e Estatística a revisão do relatório intitulado Módulo de Produtividade, haja vista inconsistências que se apresentaram e ainda diante da necessidade de compatibilização dos dados constantes naquele documento e o relatório Justiça em Números. Sobre este aspecto, a assessora explicou que no médio prazo esses relatórios serão substituídos pela capacidade de o CNJ extrair os dados diretamente do sistema DATAJud, o que mais uma vez justificava a necessidade de priorizar a validação dos dados atualmente constantes na base de dados do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.</p> <p>Ainda informou a assessora que a implantação do DATAJud se constitui em requisito do Selo CNJ de Qualidade, bem como a correta e adequada disponibilização dos dados conforme relatórios enviados sistematicamente ao CNJ. Por fim, a assessora informou da necessidade de manter as Tabelas Processuais Unificadas - TPU's atualizadas em todos os sistemas do Poder Judiciário. Sobre este assunto ainda ponderou a assessora que nos sistemas Ejud e Segunda Instância a atualização estava pronta até a última versão editada pelo CNJ em 27 de maio de 2020, porém nos demais sistemas não tinha conhecimento. Finda a sua manifestação, o Desembargador Fernando Bravim, presidente do Comitê disse que as ponderações eram muito importantes e que o atendimento ao CNJ deveria ser considerado, sem contudo comprometer o cronograma de desenvolvimento das atividades relacionadas com a ampliação do Processo Judicial Eletrônico. Ainda restou constatada a necessidade de atualização de versão do PJe, pois, de acordo com o Secretário de Tecnologia da Informação, já haviam sido instituídas pelo CNJ, 14 novas versões, após a implantação do sistema no TJES.</p>
03	<p>Franqueada a palavra para o Secretário de Tecnologia da Informação. Arimatéa apresentou as principais entregas da STI nos últimos meses, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EJUD - pacote de melhorias para a área criminal • Finalização da elaboração dos documentos do projeto de Outsourcing de Impressão. • Implantação da Sessão no PJe 2G. • Implantação do PJe nos Juizados Especiais Cíveis da Grande Vitória.
04	<p>Portfólio de Projetos/Iniciativas.</p> <p>Arimatéa apresentou uma planilha consolidada com os principais projetos e iniciativas da STI, bem como sua prioridade, status e % de conclusão.</p> <p>Dentre os projetos apresentados, foram destacados os de necessidade de priorização por questões de atendimento ao Tribunal de Contas do Estado do ES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CidadES – Folha. • CidadES – Contratação. • Integração SIARHES. <p>Na oportunidade, o Secretário Geral, Marcelo Albuquerque, destacou a importância dos projetos e os riscos do não atendimento dentro dos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do ES.</p> <p>Logo a seguir, Arimatéa relatou que alguns projetos estratégicos, como a Contratação da Fábrica de Software estão suspensos, no momento, por questões financeiras.</p>
05	<p>Situação atual STI – Coordenação de Desenvolvimento.</p>

Na sequência, foram apresentados o volume de solicitações de sustentação e pedidos de novos desenvolvimentos relacionados à Coordenação de Desenvolvimento da STI.

O gráfico demonstrou um total de **549** pedidos, sendo **271** pedidos relacionados à sustentação e **278** relacionados a melhorias e evoluções nos sistemas de TI.

Fonte: <http://www.tjes.jus.br/institucional/setores/secretaria-de-tecnologia-da-informacao/dashboard-sti/> - Acessado em 05/06/2020.

06 Projetos Estratégicos.

Arimatéa fez um breve relato a respeito dos projetos que, no momento, são considerados estratégicos.

- SIARHES
- PAE
- Cidades Folha
- Cidades Contratação
- Gravação de Audiências
- Aquisição de notebooks e Computadores
- Outsourcing de Impressão
- PJe

07 Processo Judicial Eletrônico – PJe.

Buscando atualizar os membros do Comitê, foi apresentado um panorama geral do que já foi implantado no PJe em 1º e 2º grau, bem como o que ainda falta ser feito para conclusão do projeto em todas as competências no PJES.

Em seguida, foi apresentado o cronograma de expansão de 2020 ao Comitê:

2020	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1G	Treinamento JECs (capital)	Implantação JECs (capital)	Ajustes pós implantação (chamados)	Preparação para implantação na Cível	Implantação Cível (unidades que já usam PJe)	Implantação Cível (unidades que já usam PJe)	Implantação Cível (unidades que já usam PJe)	Fazenda Pública e Juizado Especial da Fazenda Pública
	Upgrade de versão							
2G	Treinamento e Implantação da Sessão	Ajustes pós implantação (correção e complementação dos fluxos)	Ajustes pós implantação (chamados)	Desenvolvimento: Remessas RE e REsp (Cíveis Reunidas)	Implantação: Remessas RE e REsp (Cíveis Reunidas)	Ajustes pós implantação (correção e complementação dos fluxos)	Preparação para implantação da Apelação	Implantação da Apelação
	Upgrade de versão							

Após apresentação do cronograma, foi reforçado, em linhas gerais, os pressupostos estratégicos do projeto de expansão do PJe:

- Evitar ao máximo a materialização de processos.
- Implantações realizadas em ondas conforme as boas práticas de outros Tribunais.
- Reforço e blindagem da STI.
- Apoio do CNJ na correção de problemas, capacitação e suporte nas expansões.
- Relatório de execução mensal do projeto para tomada de decisão – antecipação de implantações.

A seguir, foi apresentado o estudo de aumento do volume de chamados ocorrido nos anos de 2018 e 2019, onde foram realizadas as implantações em aproximadamente 20 unidades judiciárias e nas turmas recursais.

Na análise, observamos uma correlação entre o nº de **novos processos** com o nº de **novos chamados**, ou seja, a entrada de novos processos gera um impacto direto na capacidade da equipe do PJe. Foi reforçado que a análise foi realizada em um período curto, mas o monitoramento constante será realizado para confirmar o impacto e avaliar a alteração do ritmo de expansão no 1º grau.

Arimatéa destacou que o cronograma é desafiador, principalmente se for comparado com o anos anteriores, mas destacou que diversas medidas estão sendo tomadas, com apoio total da Presidência, para que os riscos sejam mitigados.

Nesse sentido, foram apresentados os habilitadores do projeto e o período esperado de retorno: Curto (1 a 3 meses); Médio (3 a 6 meses) e Longo (6 a 12 meses).

Destacou ainda, que tais medidas são essenciais para mitigação dos riscos apresentados, bem como para viabilizar a implantação desejada.

Implementados:

- Plantão e horas extraordinárias. (até 30/06/20)
- Retorno das Assessorias – Concedido.
- **Capacitações** (1G e 2G) – realizadas por usuários usuários avançados – Concedido.
- **Suporte** 1G e 2G - realizados por usuários avançados – Concedido.

Não implementados:

- Blindagem da STI: remanejar servidores p/ a equipe PJe
- CNJ - Capacitação
- CNJ - disponibilizar técnicos p/ apoio.
- Reestruturação STI
- Extensão da carga horária da STI

Diante do cenário apresentado, Des. Bravin citou que em outras oportunidades, a troca de contexto para atender outros projetos, mesmo que de prazos mais curtos, acabam comprometendo o andamento dos principais projetos de TI do PJES.

Deliberação: A STI deverá atuar, de forma exclusiva, nos projetos definidos como essenciais pelo CGTIC. Com destaque ao Projeto de expansão do PJe.

08 O Dr. Thiago destacou, que a Presidência vem tomando diversas medidas para viabilizar a expansão do PJe. Pontuou ainda, que o momento atual torna mais evidente a necessidade de uma expansão mais célere do PJe.

09 **Avaliação das demandas.**

1. Implantação do PJe no CEJUSC

A demanda foi adicionada ao rol de necessidades do PJe, mas não será realizada no momento, tendo em vista o cronograma já definido pelo CGTIC.

2. Implantação do PJeCor

	<p>A STI fornecerá os equipamentos e a infraestrutura necessária à implantação. Entretanto a equipe do PJe não atuará diretamente na implantação.</p> <p>3. Integração sistemas EJUD e Delegacias</p> <p>Tendo em vista a necessidade de alocação de um servidor do sistema EJUD na equipe PJe, a demanda não foi priorizada pelo CGTIC.</p> <p>4. Intimação Eletrônica – Whatsapp</p> <p>A STI foi autorizada a continuar com os estudos para implantação da solução de Intimação Eletrônica no PJe.</p> <p>5. Ferramenta de Colaboração</p> <p>O CGTIC deliberou pela aprovação da referida contratação.</p> <p>6. Certificado Digital A3</p> <p>O CGTIC deliberou pela aprovação da referida contratação.</p>
10	<p>A Sra. Rita levantou uma questão relacionada ao Datajud, que será a nova plataforma do CNJ para aferir as informações atualmente enviadas por outros meios. Destacou ainda, a necessidade de atualização das Tabelas Processuais Unificadas – TPU, até sua última versão, no intuito de evitar que as informações lançadas no sistema PJe estejam em desacordo com o que será aferido pelo CNJ.</p> <p>Diante do exposto, o Des. Bravin solicitou que a equipe do PJe proceda com as referidas atualizações, desde que não haja impacto o cronograma de expansão 2020.</p>
11	<p>Com relação às contratações, Dr. Fábio lembrou que o papel do Comitê se restringe a verificar o alinhamento das mesmas com a estratégia do PJES, visto que cumpre ao ordenador de despesas as considerações pertinentes à autorização e contratação propriamente dita, uma vez que será objeto de análise específica por ocasião de cada contratação.</p>

6. Distribuição de tarefas

Item	Discriminação	Responsável	Data Limite
01	Analisar possibilidade de realizar a atualização das tabelas processuais unificadas do Pje, no período de migração da versão.	Arimatéia	Julho/20



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO TAVARES DE ALBUQUERQUE, SECRETARIO GERAL**, em 27/08/2020, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE ONIGKEIT, JUIZ(A) CORREGEDOR(A)**, em 27/08/2020, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO ALBANI OLIVEIRA GALVEAS, JUIZ(A) ASSESSOR(A) ESPECIAL DA PRESIDENCIA**, em 01/09/2020, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ESTEVAM BRAVIN RUY, DESEMBARGADOR**, em 02/09/2020, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BRASIL NERY, JUIZ(A) DE DIREITO**, em 02/09/2020, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CASSIA BARCELLOS ALMEIDA, ASSESSOR DE NIVEL SUPERIOR PARA ASSUNTOS DE PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO ESTRATEGICA**, em 02/09/2020, às 17:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS VINICIUS DE ARIMATEA, SECRETARIO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO**, em 02/09/2020, às 18:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0502379** e o código CRC **C638B838**.
